

fonte: FSP

class.: RCTR 0041

data: 17/12/95

pg.: 1-11 e 1-12

PRIMEIRA ENTREVISTA COLETIVA - I

"Precisamos do capital estrangeiro aqui"

Leia a seguir a íntegra da entrevista coletiva:

SBT - Bom dia, presidente. Críticos do governo, tanto de partidos da base governista como de partidos de oposição, vêm dizendo que o discurso governamental está concentrado demais na questão das reformas constitucionais e que há certas áreas do governo que dependem mais de uma ação de gerência e que não estão sendo bem cuidados. Uma prova disso é uma recente pesquisa que mostrou que a principal preocupação da população ainda é Saúde, Educação, que dependem hoje menos das reformas e mais de ações de gerência. Ações mais eficazes em áreas como estas propostas pela população podem ser esperadas agora, depois que encerra esta parte de remessa de reformas ao Congresso, ou só depois que as reformas forem aprovadas?

Fernando Henrique Cardoso - Pois não. Eu não sei os críticos, mas o presidente tem dito isso. Eu acho que, ao lado das reformas, existe todo um caminho de gerenciamento de governo, e que há muitas matérias que não são afins à reforma constitucional, mas são de gestão. Eu concordo com isso.

Só que, é claro, as reformas são importantes para facilitar. Tomemos o caso da Saúde. Hoje a Previdência Social ocupa praticamente todos os recursos das contribuições sociais, ou quase todos — Cofins ainda vai para a Saúde. Ora, isso diminui muito a nossa capacidade de atendimento, então as reformas também são importantes para isso.

Agora, com relação à Educação, nós já tomamos medidas, se se recordarem eu já participei de três eventos, e eventualmente de mais um, para mostrar o que já estamos fazendo. Não é para depois, é já. O ministro da Educação tem um plano, claro, sobre o que fazer. Ainda ontem fiz um discurso aos reitores do Brasil, do Crub, lhes disse que nós vamos modificar o relacionamento do Ministério da Fazenda com todas as Universidades, na questão de autonomia financeira, que é uma coisa importante, porque nós queremos que as Universidades assumam a responsabilidade dos gastos, e não simplesmente transferidas para o Tesouro.

Nós alteramos o modo que o Ministério da Educação se relaciona, por exemplo, com o salário-educação, que vai ser distribuído diretamente às escolas, fato único, nunca houve, diretamente às escolas. Isso porque a escola, a comunidade, sabe o que faz de melhor com o dinheiro do que os canais burocráticos. Nós autorizamos que a distribuição do livro escolar e a escolha do livro escolar em Mídias Gerais seja feita diretamente pela autoridade regional. Estamos preparando, portanto, um avanço que já vinha da gestão anterior na distribuição dos livros escolares, são coisas que já estão feitas.

Nós estamos alterando, ou pelo menos dando instruções no que diz respeito ao currículo básico e, sobretudo, nós estamos criando um sistema de televisão educativa à distância, portanto, educação à distância, que não é para a escola, é para o professor. Porque a questão fundamental do ensino básico, e não afeta a nós diretamente o ensino básico, diz respeito ao treinamento do professor. Nós estamos instituindo este sistema com muito empenho, com o doutor Roberto Mulycaer, que está preparando junto com o ministro Paulo Renato de Souza.

O governo federal não tem responsabilidade direta sobre o pagamento de salários de professores primários, mas, ao dar o salário-educação mais diretamente às escolas, livrando os governos estaduais e municipais de certos gastos, isso pode contribuir para que o piso do professor primário seja aumentado, porque é necessário aumentá-lo. Então nós não deixamos de fazer isso para depois. Nesse um mês e meio já fizemos muita coisa para a Educação. Quanto à Saúde, da mesma maneira, o ministro Jatene tomou uma medida singular, mas importante. Em primeiro lugar, nós já estamos praticando com o pagamento dos convênios em dia. Falta muito pouquinho para chegar, para pagar em dia. A moeda é estável, um atraso de 30 dias é ruim, mas não é dramático como era quando havia inflação.

Em segundo lugar, o ministro Jatene inverteu um pouco a ordem das coisas. Nós estávamos habituados, desde que estávamos no Ministério da Fazenda, e antes, a ver quantidades grandes de pessoas interessadas em educação reclamando que o governo não passa os recursos, na área convênios. Pois bem: Ele fez umas estatísticas e mostrou que há muitos setores que têm interações acima da média nacional e áreas e Estados prósperos. Parece estranho que em Estados prósperos estamos tendo mais gente do que em Estados com maior número de pobreza. Enquanto não for esclarecido o que está acontecendo aí, estes hospitais não recebem dinheiro. Porque é muito fácil reclamar muito e não melhorar a gestão do próprio hospital. Não é o governo quem tem que melhorar a gestão diretamente, mas ele tem que criar condições para inverter e para ter também a qualidade. Eu diria, em uma palavra, o seguinte, tanto em educação quanto em Saúde, a ênfase vai ser em qualidade, não só em quantidade. Qualidade não se resolve de repente é um processo também cultural. Portanto, não adianta pedir para que o governo resolva em um mês e meio resolve. Mas a ênfase mudou, portanto nós tomamos medidas nessas áreas também.

TV Amazonas - Bom dia, senhor presidente. Senhor presidente, como vai ser a ação do governo federal em parceria com os governos estaduais da região Norte para o desenvolvimento da Amazônia e, em especial, como vai ser feita e, se vai ser feita, as vantagens comparativas para a Zona Franca de Manaus?

FHC - Veja, em primeiro lugar, a questão da Amazônia é uma oportunidade muito boa que me dá para falar sobre ela. Porque eu me referi em outras oportunidades às prioridades do governo no que diz respeito ao Rio de Janeiro, ao Nordeste,

ao Rio Grande, e eu tenho que mencionar, porque é o que eu penso sobre a questão da Amazônia. Nós temos todas as condições de mudar, e mudar muito, a nossa visão sobre a Amazônia.

Eu tenho estado reunido com os governadores da Amazônia, mais de uma vez. E o pacto fundamental entre eles, e deles com o governo, é o seguinte. Se gerou uma imagem sobre a Amazônia, de que a Amazônia queria destruir os recursos naturais. Esses governadores todos têm me reafirmado que eles estão absolutamente empenhados na nova filosofia do desenvolvimento sustentável. Nós vamos fazer uma reunião na Amazônia, eu, os ministros que têm algo a ver com a Amazônia e os governadores, para definir quais vão ser as prioridades e as ações do governo na Amazônia. Mas sobretudo nós vamos, eventualmente até fora do Brasil mais tarde, transmitir essa convicção de que é possível o desenvolvimento sustentável na Amazônia, e que o desenvolvimento não pode ser contraditório com a preservação da natureza. Esse é o ponto de vista dos governadores da Amazônia.

Turismo é essencial para a Amazônia. Delimitação adequada nas áreas indígenas também. A definição das áreas de exploração mineral também. Eu tenho o compromisso de levar adiante a Tansa-mazônica, que está em estado lamentável. De fazer o link de Tucuruí seguir adiante, porque Tucuruí não está beneficiando a Amazônia. Nós temos o compromisso de fazer a Cuiabá-Santarém. Já estão sendo feitas as estradas de ligação lá para cima, para a Venezuela.

Existem problemas importantes a serem resolvidos sobre o óleo, do alto rio Negro. Existem compromissos de utilização da energia gerada na Venezuela e no Guri, para Boa Vista e Manaus. Eu quero saber com os governadores quais são as prioridades e como é que se faz uma cronologia disso, porque os recursos não são abundantes. Mas eu não quero decidir daqui, e eu não quero te dizer uma coisa que amanhã eu não cumprira.

Então nós vamos ter uma reunião logo, na Amazônia, se possível em março, antes de eu ir aos Estados Unidos em abril, para mostrar esse novo espírito. Vamos apelar por esses recursos que existem na área internacional, mas que só vêm se deixarmos claro que nós temos essa nova visão sobre a questão amazônica. Nós vamos dar um grande impulso no projeto Sivan (Inaudível), que é um projeto importante, que é de controle do espaço aéreo, através do sistema de radares da Amazônia, e que isso tem um investimento de mais de R\$ 1 milhão, enfim, nós temos uma enorme quantidade de temas para discutir e vamos fazer isso tudo, isso tudo eu não direi, mas vamos definir lá na Amazônia o que vamos fazer.

Mas havia uma questão específica sobre os incentivos. Isso está na Constituição. Não há proposta nesta matéria de alteração. Nós temos que examinar com muita objetividade o que significa esses incentivos lá. Nós temos que refazer o Basa, nós vamos designar alguém para o Basa com um critério técnico. Os governadores sabem disso e apóiam. Eu não sou, nunca fui nem serei partidário da utilização de recursos públicos em termos políticos.

Nós vamos pensar de novo a Sudam como a Sudene e, nos limites das minhas forças, os recursos públicos da Amazônia em consonância com os interesses do povo da Amazônia serão usados sem distorções do tipo político.

E, na verdade, o que diz respeito à Zona Franca, ela gera empregos, continua gerando empregos, eu sei disso, eu conheço, conheço o assunto mais ou menos de perto, o assunto que eu debati no Senado e eu não quero me antecipar, mas certamente uma região como a Amazônia precisa de incentivos para que ela possa continuar crescendo.

Agência Reuters - Senhor presidente, vários empresários brasileiros e estrangeiros ficam decepcionados com as suas propostas e acham que elas são elementares demais. Eles gostariam de ver, por exemplo a plena privatização da Telebrás e Petrobrás. O que o senhor acha dessas queixas?

FHC - Elas não são queixas, são interesses. Eu tenho que cuidar do interesse nacional e eles cuidem dos deles. Na verdade, nós vamos fazer a privatização de acordo com aquilo que nos parece adequado ao Brasil. Faremos a privatização, precisamos do capital estrangeiro aqui. Nós estamos tirando, agora mesmo da Constituição as matérias que poderiam ser obstáculos a que haja privatização. Agora, definição do que se privatiza, em que momento, é uma questão de interesse nacional. Eu espero que os investidores estrangeiros compreendam isso e, ao invés de se queixar, ponham o dinheiro aqui, porque há muita coisa boa aqui. Por exemplo, o setor energético todo está aberto e está necessitando de dinheiro. Ele precisa de US\$ 5 bilhões ou US\$ 6 bilhões por ano, no mínimo, para evitar um estrangulamento. Nós vamos privatizar a excelsa, que já está aí na lista de privatização. Nós reativamos todo processo de privatização na parte da Petroquímica, que vamos terminar. Nós estamos dispostos, vamos privatizar a Light. Colocamos o Banco Meridional na linha de privatização. Não falta oportunidade de privatização. De modo que eu é que estou um pouco decepcionado com a falta de recursos. Que venham logo.

O Estado de S. Paulo - Até que o salário mínimo seja reajustado em maio, por força de lei, ou até que o Congresso vote a reforma da Previdência, o salário mínimo continuará em R\$ 70? Existe uma estratégia do governo para evitar o veto ao salário mínimo no Legislativo?

FHC - Vamos examinar essa questão com muita clareza. O salário mínimo toda gente sabe que é muito baixo etc. Bem, e não há por que negar e nem deixar de ter muito empenho em que ele aumente. O maior empenho nós já tivemos, quando fizemos o aumento de R\$ 64 para R\$ 70 e mantivemos estável. Pegue uma série histórica. Ao invés de falar, pegue uma série histórica.

Quando é que o salário mínimo se manteve, realmente, como ele é hoje US\$ 85? Hoje, R\$ 70 correspondem a US\$ 85 estáveis, que vêm aumentando, e o excesso de consumo caindo. E o real com relação ao dólar está subindo.

Então, o governo está empenhado primeiro nisso, porque senão você aumenta para R\$ 100 e ele vira R\$ 90, R\$ 50, R\$ 60 ou R\$ 60, R\$ 50, como sempre foi no passado. Vamos deixar de falar, vamos olhar os números. Vamos botar diante do país o que aconteceu com o salário mínimo historicamente e o que está acontecendo agora. E por que está acontecendo agora? Porque nós estamos cuidando de que haja capacidade de compra mantida e que a cesta básica não dispare e que o valor seja, pelo menos, preservado. E como houve valorização do real com relação ao dólar, ele foi para US\$ 85, o que há muito tempo não havia.

Isso basta? Isso não basta. Só que o novo passo não pode ser dado em detrimento disso. Se eu der um novo passo e que tenha como consequência, ao invés da manutenção do valor real, a queda do valor real, eu estou fazendo demagogia.

Eu pedi ao Ministério da Previdência que examinasse quais seriam os efeitos das alterações sobre as contas da Previdência. Tome essa irrisória quantidade de R\$ 15, irrisória, vergonhosa, multiplique por 15 por 15 milhões, que são os beneficiários disso, vai dar R\$ 225 milhões por mês, multiplique por 12, dá R\$ 2,7 bilhões. Essa é a tragédia do Brasil. É que a pobreza é grande e os que vivem de pouco são muitos. Então, quando aumentamos — e eu não sou favorável — o salário de um grupinho pequeno, aumentamos muito, isso não altera os grandes números. Mas, quando nós se aumenta quase nada da massa de gente que precisa, isso altera os grandes números.

Essa é a pesada herança social que nós temos, essa tem que acabar, e essa não acaba com um decreto meu: essa acaba com esse conjunto de medidas que nós estamos propondo aqui para que mude realmente o Brasil, porque senão fica tudo insolúvel.

Agora, essas contas têm que ser feitas, porque, se não são feitas, quem diz aí é só 15, se esquece que 15 são 2,7 bilhões, e, se não fornece os recursos para a Previdência pagar os R\$ 2,7 bilhões, o governo gira a máquina da inflação, e, ao girar a máquina da inflação, aqueles 15 vão ser menos 20, e aí quem perdeu foi o assalariado.

Essas coisas elementares têm que ser ditas ao país com toda clareza. Ou vocês acham que, se eu pudesse dar R\$ 200 de salário mínimo assinando uma penada, ou R\$ 500, eu não daria? Claro que sim. O ministro Stephanes não fazendo os cálculos para ver, com responsabilidade, o que pode ser feito.

Agora, até que façam um apelo: publiquem os dados e não simplesmente as afirmações. Afirmar é fácil. "Verba volant", se me permitem um pequeno latínio. As palavras desaparecem. Os números talvez fiquem. É essa a questão. Nós estamos empenhados. Esse conjunto de medidas que nós estamos tomando é para poder aumentar o salário mínimo permanentemente a mais longo prazo. É claro que nós vamos fazer algo agora, mas esse algo eu vou fazer olhando os números, porque eu não vou enganar nem aposentado, nem trabalhador, nem ninguém. Eu vou agir dessa maneira, mas certamente no momento adequado diremos o que é possível e, se me mostrarem que pode mais, eu faço mais.

Público - (Inaudível) FHC - Ah! Eu não estou preocupado com veto não. Eu acho que você explicando ao Congresso as coisas como elas são e dando as medidas, o Congresso vai ficar numa posição, que é um novo Congresso. Eu tenho certeza que ele vai dizer: olha, ele tem uma responsabilidade grande também, que é a de fazer as reformas, de preservar o valor do real e eu não terci dúvida, se for o caso, em discutir na televisão claramente do que se trata. Todos os sinais que eu tive do Congresso são de que eles entenderam a situação. Tenho falado com as lideranças, com os partidos, e vão me ajudar a aumentar de fato o salário mínimo. O Congresso quer aumentar o salário mínimo, eu também, eles vão me dar os meios para eu aumentar o salário mínimo. Não precisa veto não.

Jornal de Brasília - Bom dia presidente. Presidente, o senador Antônio Carlos Magalhães, um forte aliado do governo, não tem pouquinhos críticas a ministros de seu governo e até questiona algumas atitudes do senhor, como o veto ao salário mínimo. O senhor considera natural esse tipo de atitude dos aliados ou acha que deve ser evitado?

E mais uma coisa: o senhor classificaria como "bufos e arreganhos" essas críticas do senador, aos quais o senhor disse que não cederá?

FHC - Vamos começar pelos bufos e arreganhos, nem passou pela minha cabeça o senador, no momento que eu falei. Eu estava falando com dirigentes sindicais e falei em tese. Eu só vi nos jornais depois que eu tinha respondido ao Antônio Carlos. Infelizmente, não respondi nada, porque ele também não me falou nada, de modo que eu não respondi. Com relação à questão de críticas, as críticas num sistema democrático são normais. As pessoas podem criticar. Ele não disse, não fez crítica. O que ele disse sobre veto foi o que eu acabei de dizer, que é preciso fazer alguma coisa. É lógico, ele é político escoldado, ele sabe disso, ele sabe que o presidente também acha que ele precisa fazer alguma coisa. Agora, você sabe que nós estamos num momento em que sempre se põe um pouquinho de pimenta — não Pimenta da Veiga — mas um pouquinho de pimenta nas frases. Eu estou cansado de ver que eu critiquei fulano e beltrano, nem passou pela minha cabeça, não? Outro dia eu vi que o ministro Malan teria negado ao governador Mário Covas, depois que o Mário Covas ganhou do ministro Malan. Os fatos não foram assim, o ministro Malan disse uma coisa normal. Olha, eu preciso saber, tem inadimplência? Por que é que tem? Se tem. Se não tiver eu dou um jeito, vamos ver, enfim, existe, é natural, não? Afinal, a gente, para escrever todos os dias no jornal, precisa ter um pouco mais de sensação e

tal. Mas, os meus bufos, a minha referência a bufos... nem passou pela minha cabeça. Cada um tem seu temperamento e o ministro, o senador Antônio Carlos é senador, se ele fosse ministro não poderia dizer, mas ele é senador, ele tem a opinião dele e dirá isso ou aquilo. Outros dirão o oposto e, se o diretor da República for ficar preocupado com isso, não governa o Brasil. Acho que, vamos respeitar o estilo de cada um, acho que dentro de certos limites. Os limites estão aí respeitados e cada um tem um estilo. Amanhã ou depois, quando começar o Congresso a funcionar, outros dirão outras coisas. Até o Lula pediu que eu fosse, cobrou de mim por que eu não reajo ao Antônio Carlos, eu não sabia, vou chamar o Lula para ser meu assessor.

Agência Notímex - Senhor presidente, eu queria saber quais as dificuldades que estão impedindo há quase um mês a concretização da operação de apoio financeiro ao México?

FHC - Não, não são dificuldades nossas não. Isso é negociação a nível geral, internacional. Não é o Brasil quem está dificultando nada.

Eu também quero esclarecer essa matéria aqui. Houve muita incompreensão nisso. Houve até já pesquisa para saber se deve ou não deve dar. O governo brasileiro fez isso frequentemente. Fez com Cuba. Fez frequentemente quando há necessidade, emprestou, aqui se tratava de um empréstimo, não era de uma dívida e alguém disse: ah! por que não faz hospitais e faz isso, dá dinheiro para os estrangeiros? Porque o dinheiro que está lá fora não pode ser um dinheiro usado internamente, é a mesma coisa que girar a maquininha da inflação. Não precisava pegar lá de fora. Quem diz isso sabe disso, é só para confundir a opinião pública.

Esses recursos estão lá fora e eu acho importantíssimo, não só que se dê apoio ao México, mas que haja um sistema internacional de apoio recíproco. Por quê? Porque o mundo hoje é interligado, a economia, globalizada, tem um sistema de informática muito rápido de computadores. Pode haver uma onda de especulação e pode vitimar um país hoje e outro amanhã. O sistema internacional tem que se proteger. Ao tomar uma decisão desse tipo, o Brasil está também pensando no conjunto dos países, inclusive, nele próprio. É uma coisa normal. E esse recurso é um recurso que fica emprestado, à disposição, no caso do México, com a taxa de juros internacional, aliás, talvez levemente mais alta do que nós recebemos normalmente. Não há nenhuma perda para o Brasil e é bom para o México, é bom para o mundo todo.

Agora, estão aí, você sabe que as negociações internacionais são complicadas e não é o Brasil que está complicando não, são outros países. Mas, nós achamos que é importante que o México tenha condições de superar sua crise, que é momentânea. O Brasil, até como disse o presidente Sarney, pela Constituição é obrigado a ter solidariedade latino-americana. No caso do México é um país latino-americano. Essa solidariedade não custará um tostão ao povo brasileiro, porque as reservas estão lá e serão apenas deslocadas formalmente de um local para o outro, até com uma taxa de juros equivalente no mínimo que já está rendendo. Então, é uma coisa normal, e o Brasil fará e fará com empenho, porque tem muito interesse em que o México se restabeleça o mais pronto possível.

Jornal do Brasil - Bom dia, presidente. É o seguinte: a reforma tributária, ainda não há consenso? Ao que parece, em torno de vários pontos ela só vai ser enviada depois do Carnaval. Parece que há algumas divergências entre os próprios membros da equipe econômica e os governadores também já se manifestaram e parece que se opõem, fazem várias resistências. Como é que o senhor pretende obter um consenso em torno da reforma, e qual a sua orientação para redistribuição do bolo tributário entre União, Estados e municípios?

E ainda em relação à questão dos impostos, se a reforma tributária implica na criação de novos impostos, e se esses impostos novos criariam, aumentariam a carga de impostos para o contribuinte?

FHC - Em primeiro lugar, os governadores não podem ter dúvidas e nem ter objeções, porque eles não conhecem. Isso não é verdade. Quer dizer, eu ontem jantei com seis governadores. Não houve dúvida nenhuma. Nós estamos agora começando a apresentar, então, por enquanto, é onda, que não foi feita pelos governadores. Eu tenho conversado com muitos governadores e a todos tenho dito que eles são informados. Eles não foram, como é que podem ser contra? Não podem ser contra. Não é verdade.

Em segundo lugar, a decisão de entregar em seguida, baseada nessas reformas, foi dupla, foi por duas razões básicas. Uma é que eu acho melhor que o país tome consciência mesmo de cada pedaço. Não quero atropelar o Congresso, a opinião pública. E o Congresso vai ser decisivo nisso, os líderes, muito importantes, os partidos. Eles precisam saber cada pedaço.

Em segundo lugar, justamente para responder à sua questão, porque eu acho que os governadores e os prefeitos precisam ser informados. O governo vai apresentar uma proposta, e, em emenda constitucional, a última palavra é sempre do Congresso. Eu não tenho direito de veto mais. Emenda constitucional não tem veto, é decisão do Legislativo. Então, é lógico que isso continuaremos discutindo no Legislativo, e acertando as coisas.

Em terceiro lugar, não passa pela cabeça de ninguém aumentar a carga tributária. O que passa é aumentar a base, quer dizer, mais gente pagando, sobretudo a sonegação, mas não se está cogitando de aumentar a carga. Em terceiro lugar, nós estamos desenhando os modelos de forma a que não haja perdas na repartição do bolo entre Estados, municípios e a União.

Tudo isso é muito difícil, não? Simplificar, aumentar a base: não ter perdas havendo algumas mudanças. O governador vai querer saber: "mas eu não perco mesmo?" Outro dia eu disse para al-

guém: "Eu também quero saber em nome da União: e eu não perco?" É lógico que o governador tem que querer saber, e o prefeito também. Então, tem que ser claro.

Não há nenhuma divergência de fundo dentro da equipe de governo nessa matéria. O que há é apenas, como essa é uma matéria técnica, são tipos diferentes operacionais entre pessoas das equipes. E eu preciso formar, eu próprio, um juízo sobre essas diferenças operacionais e eu só vou formar quando eles me deram números, como acabei de dizer sobre salários, não é? Eu gosto de ver número. As vezes a idéia é muito bonita, mas qual é o resultado dela? Faça af uma simulação no computador e vamos ver.

Então, isso vai ser feito assim, com boa-fé. Eu tenho encontrado da parte dos governadores, com quem eu tenho conversado, muito apoio. Quando eu digo realmente o que nós vamos fazer, quando não sabem, claro, começa o "especula-daquí-especula-dali", mas quando vêm o que vamos fazer, muito apoio. E eles têm me pedido mais. Eles têm me pedido que eu não esqueça da parte fiscal, ou seja, eles também querem cortar gastos. Alguns governadores estão fazendo, como no caso de São Paulo e do Rio Grande do Sul, um enorme esforço, até difícil, penoso, de dispensa de pessoal. Eles precisam de certas regras que deem mais flexibilidade de administração dos Estados, dos Municípios, não é? E isso nós vamos fazer junto com a reforma tributária.

RBS TV - Presidente, o senhor escolheu a região sul do Estado do Rio Grande do Sul como prioridade de governo. O que o governo vai fazer, quais ações que pretendem implementar e em que áreas, para mudar o quadro de estagnação da economia daquela região, principalmente agora com o Mercosul?

FHC - Em primeiro lugar, nós já ontem mandamos ao Congresso uma medida importante para o Rio Grande do Sul, que resolve a questão da empresa de energia na CEE, porque havia um contencioso e com esse contencioso eles não podiam resolver a continuidade da usina de Candiota, que vai aumentar a geração de energia.

Em segundo lugar, não foi por acaso que eu escolhi como ministro dos Transportes alguém do Rio Grande do Sul. Por quê? Porque o gargalo de infraestrutura grande que o Rio Grande do Sul tem hoje é em estrada de ferro e de rodagem. Nós estamos discutindo com o Rio Grande do Sul inclusive a passagem de estradas que são federais para estaduais. O ministro Odacyr Klein está empenhado nisso. Há uma estrada importante, não só para o Rio Grande do Sul, mas que liga também ao Paraná, a São Paulo, a Santa Catarina, que é a BR-101 e 116. Esta aí, nós temos os recursos do BID e nós mantivemos no orçamento a contrapartida e essa estrada nós a faremos.

Por outro lado, existem problemas na área de transporte ferroviário no Rio Grande do Sul. De novo, é com o ministro Odacyr Klein. Eu tenho conversado com o ministro Brito e com o ministro Odacyr Klein, como eu disse, a respeito da Amazônia e sobre o Rio também, onde nós já definimos quais são os projetos. Eu quero uma definição clara de quais são esses projetos-chaves e vou me concentrar neles. Me parece que esses projetos-chaves são esses que eu estou mencionando na área de infraestrutura viária, incluindo a ponte de São Borja, que é uma ponte importante para ligar com o Mercosul e isso também está constituída a comissão que vai cuidar disso e nós vamos levar adiante essa matéria.

Eu acho que a nossa responsabilidade para com o Rio Grande é, basicamente, na área de energia e na área de estradas e isso está sendo feito.

O Globo - Bom dia, presidente. Presidente, o governo tem tomado decisões polêmicas na área do setor automobilístico. O consumidor não entende, por exemplo, o aumento do IPI para carro popular e aumento de importação. Não seria contraditório a mudança de regra do governo passado, do qual o senhor foi ministro?

FHC - Não, não são contraditórias. Política econômica exige sempre uma sintonia. O que aconteceu? Aconteceu o seguinte: primeiro, as empresas do setor automobilístico estão se comprometendo a fazer investimentos muito fortes no Brasil, inclusive, é possível que em certas áreas mais problemáticas do governo, para dispersar um pouco a concentração dos investimentos.

Pelos cálculos da ministro Dorothea, até o ano 2000, o compromisso variará entre R\$ 9 bilhões a R\$ 12 bilhões — ou de dólares, não tenho certeza. Bem, é um investimento muito forte. Esse investimento forte requer certas medidas também. Naturalmente, essas empresas, como são multinacionais, para elas, do ponto de vista das matrizes, tanto faz fabricar aqui como importar. Se nós deixarmos solta a importação, elas não vão investir aqui, elas vão trazer lá de fora.

A opção é essa. E nós tomamos uma opção clara. Como eu sempre disse, o Brasil Brasil vai continuar crescendo. É uma opção de política econômica, não é de reorientação. A economia continua aberta e continuará aberta, mas nós vamos fazer o que qualquer país faz nessa matéria: é orientar a política econômica para que haja investimento. Haverá investimento. Daí o aumento da alíquota das importações, tem esse objetivo e, adicionalmente, isso também permite aumentar a nossa condição do superávit da balança comercial, que vai ser mantido. Aliás, devo dizer que nesse ano de 95 nós retomamos o superávit da balança comercial, o que é muito importante. Está se vendo, através da crise do México, como isso é importante. Então, essa medida ajuda nessa direção.

Com relação ao carro popular, há um ágio enorme. Ao se fazer isso, o que se está fazendo simplesmente é diminuindo o ágio. Então, não existe nada contra o consumidor, nem mudança. Eu acho que o governo Itamar Franco agiu muito bem porque permitiu esse grande "boom" na indústria automobilística. Agiu muito bem. Agora, temos

que nos ajustar ao êxito. Houve êxito, vamos nós ajustar para dar outros passos. É só isso.

Brasília Super Rádio FM - Bom dia, senhor presidente. O senhor quase há pouco respondia a pergunta que vou fazer. Tendo em vista de que o transporte ferroviário é cinco vezes mais barato do que o rodoviário, e o fluvial é quase 11 vezes mais barato do que o rodoviário e já que o senhor tomou medidas para desenvolver este país, isto é, um continente, eu gostaria de saber qual é a sua idéia sobre esse sistema viário do país?

FHC - É, eu acho que o ponto é central. Nós demos muita ênfase ao transporte rodoviário, e estamos corrigindo essa ênfase. Já hoje existe todo um mecanismo de transporte hidroviário, tem que ser ampliado, ele é barato, as obras necessárias para viabilizá-lo ainda mais, algumas são custosas, mas tem muitas que não são. Nós estamos preparando os investimentos nessa área. Agora, eles têm que ser feitos em parceria com o capital privado e nós estamos tomando as medidas necessárias para isso. Hoje já existe uma grande navegabilidade na bacia Paraná-Tietê. Na questão do rio Paraguai já existe hoje a possibilidade de trazer mercadorias lá de cima, de Cáceres, na Bolívia, e chegar até o porto de Nueva Palmira cá embaixo no rio da Prata. É verdade que passando pelo Paraguai, não por aqui pelo Brasil, porque isso dependia de fazer novasclusas, que são mais caras. Há possibilidades imensas na região Amazonas, na região do Tocantins. Isso tudo está sendo preparado, os projetos estão sendo preparados, porque eu acho que é um transporte barato e eficiente.

O ferroviário também. Tome, por exemplo, a famosa ferrovia que vem do oeste para cá e que vai beneficiar tanto a safra do oeste para cá quanto a safra de soja para cá via Belo Horizonte e Vitória, como a safra por Santos. Nós precisamos fazer uma ponte ligando São Paulo para atravessar o Rio Grande, nós vamos fazer. Temos discutido com o ministro José Serra nessa questão. Quer dizer, nós estamos no começo do governo tentando reorientar, alocar os recursos, mas vai nesta direção. A questão da Rede Ferroviária é uma questão muito complicada, muito séria, eu conversei com o ministro Odacyr Klein sobre ela. Há diversas pedras, há problema de demanda trabalhista.

Leia a continuação da entrevista à página 1-12



# Instituto Socioambiental

fonte: ISP

class.: RCTR0041

data: 17/2/1995

pg.: 1-11 e 1-12

## PRIMEIRA ENTREVISTA COLETIVA - 2

# “Não sobreviveria” com o mínimo, diz FHC

Continuação da pág. 1-11

É muito fácil falar em privatização e seria bom até fazê-lo, como também de concessões, mas para isso a gente tem que sanear a empresa. Isso está sendo acelerado, o ministro Goldman já havia começado. Agora, o ministro Odacyr Klein está levando adiante esse processo. Como eu disse, para o Rio Grande do Sul isso é muito importante. Lá no norte também do Porto Suape para poder ligar já para cima para o rio São Francisco, nós vamos precisar de investimentos aí. São pacotes de investimentos, que requerem muito estudo e requerem também a ação da iniciativa privada. Mas, a orientação do governo é decididamente na direção de apoiar esse tipo de transporte.

O Estado de Minas - Presidente, eu gostaria de perguntar sobre a questão do fórum dos governadores. O senhor sabe que no dia seguinte à eleição o governador do nosso Estado, Eduardo Azeredo, apresentou essa proposta. Defendeu a idéia da criação do Fórum dos Governadores, que ele trazia até lá da experiência dele de exito na Frente Nacional de Prefeitos. Muitos aderiram à proposta, muitos combateram, acharam que isso poderia significar confronto, estabelecer um poder paralelo. Então, ele quer que seja o contrário, justamente, para conciliação, apresentação de alternativas. Eu queria saber se o sentimento sobre o Fórum e se isso realmente traz benefício, pode ajudar o governo da República ou pode estabelecer um poder paralelo?

FHC - Eu tenho certeza que o governador Eduardo Azeredo propôs para ajudar o governo da República. Ainda ontem, como eu disse, jantei com alguns governadores do PSDB, com todos, inclusive, com o governador Eduardo Azeredo e sempre debatemos essas questões normais. Eu já tive reunião com os governadores da Amazônia, que também estão organizados, eu acho bom. Agora, não sei se um fórum de 27, porque os problemas são mais assim setorializados. No Nordeste tem a Sudene, tem o pessoal da Amazônia, tem o pessoal do Sudeste, não é? Mas, eu acho que todas as formas de juntar esforços para resolver problemas é a melhor forma possível, desde que seja esse como é o espírito do governador Eduardo Azeredo, não é?

Por exemplo, qualquer região, tome uma região do Nordeste. Os governadores deviam se entender, como estão tentando para pedir ao governo federal em conjunto, porque senão cada Estado pede as mesmas coisas e como o dinheiro não sobra a gente fica nessas opções de escolha de Sofia, como eu digo, mas esta ou aquela criança? É trágico. Quer dizer, como é que eu faço, atendo a esse e não atendo aquele? Não é correto jogar tudo em cima do presidente da República, porque parece que é o presidente que não quer quando os recursos são escassos. Então, na medida que essas reuniões e encontros de governadores sejam para isso, eu acho ótimo. Devo dizer que eu tenho encontrado disposição muito positiva dos governadores de todos os estados. Aí, sem exceção, sem exceção, porque as pessoas estão compreendendo o momento do Brasil. Eu acho que os governadores vão ajudar muito. Isso não é voltar à política de governadores. Muitos governadores eram usados os governadores para pressionar a Câmara. Não é isso não. É o governador na legítima função de defesa do interesse das suas populações propõe ao governo federal certas medidas de que o governo federal possa tomar em benefício delas.

Os partidos precisam continuar existindo com muita força, os líderes também. Designei ontem o líder do governo no Congresso e na Câmara, quer dizer, que o fiz de caso pensado. Eu fui líder do governo no Congresso pelo presidente Tancred Neves. Nós vamos entrar numa fase de muitas emendas constitucionais. Não dá para um líder só se ocupar de todas, eu preciso que cada um... dividir a negociação, uns negociam umas emendas, outros outras emendas, conforme a área. Hoje vou designar o senador Elcio Álvares para ser o meu líder do governo no Senado, de modo que esse quadro também vai funcionar junto com os governadores. Vamos criar um clima muito positivo para mudar o Brasil.

TV Manchete - Presidente, quando um cidadão comum tem uma pequena sobre no fim do mês, ele aplica na caderneta de poupança, que lhe rende 2,8 de juros ao mês. Quando esse mesmo cidadão comum vai a uma empresa, precisa empinar um papagaio, descontar um título, fazer uma compra a prazo ou qualquer coisa parecida, eles vão pagar 12% ao mês. Eu pergunto ao sr. essa situação não favorece a especulação, à venda do capital especulativo estrangeiro aqui?

E pergunto também numa hora de reformas à Constituição o governo não pensa em regulamentar o artigo 192 da atual Constituição, que diz que os bancos só podem cobrar 12% ao ano?

FHC - Veja, com relação à primeira parte da pergunta as taxas de juros no Brasil estão funcionando de maneira inadequada. É o que está dito aí e é certo. Depois que eu assumi o governo, como houve condições para começar a alterar isso, porque na implantação do real foi preciso manter a taxa de juros elevada, se forem observar o que aconteceu com a taxa de juros real de janeiro para cá, ela tem caído. Tem caído sempre. Qual é o limite dessa queda? O limite dessa queda é a inflação. Então tem que evitar que haja estoques especulativos e a taxa externa de juros é a capacidade de atrair capitais. Mas, ela tem feito um percurso descendente, que tem que ser sempre monitorado por isso. Esse limite que eu estou colocando. Quanto à regulamentação da taxa de juros o problema é o seguinte: a taxa de juros na Constituição é complicada, porque em certos momentos o governo tem que puxar, não é? Não seria possível fazer o real se não tivesse levantado a taxa de juros. O México hoje, se não levantar a taxa de juros não tem como atrair. Então, o

engessamento constitucional eu votei contra por essa razão, não porque eu acho que a taxa de juros deva ser mais que 12% ao ano, mas porque eu acho que você não pode deixar de dar à autoridade monetária a flexibilização necessária para nesses momentos ela atuar. Agora, a política tem, já estamos seguindo, se tudo correr bem vamos continuar seguindo essa política de ir diminuindo pelo menos os juros originários, juro primário, no over no Banco Central.

Rádio Itatiaia - Presidente, o senhor fez agora há pouco as contas de quanto o governo gastaria com a elevação do salário mínimo. Agora, o governo tem sido tímido no que se refere ao combate às fraudes e à sonegação. Os líderes sindicalistas dizem que se o governo combater essa prática estariam eliminadas todas elas e o governo poderia fazer com que o problema do caixa da Previdência Social fosse resolvido. Como é que o senhor vê essa possibilidade?

FHC - É que se os líderes sindicalistas estivessem sentados nesta cadeira ou com o ministro do Trabalho e da Fazenda, eles veriam que o combate à sonegação nós estamos dando muito duramente e que ele rende muito menos do que se imagina. Não, porque não haja sonegação, mas porque a imaginação sonegadora é sempre maior do que a capacidade fiscalizadora, não é? É uma cultura da sonegação. Na reforma tributária algumas medidas vão ser tomadas nessa direção. O governo Itamar Franco — eu continuo na mesma direção — nós, basicamente aumentamos a arrecadação via combate à sonegação, mas ainda assim não é verdade que cresça tão exponencialmente. No caso da reforma previdenciária, na área da Previdência Social, você se lembra que desde o ministro Brito, com o ministro Cutolo e agora com o ministro Stephanes o combate tem sido incessante. Há mil obstáculos de ordem às vezes legal. As vezes a gente manda projeto para combater a sonegação, eles votam de uma maneira tal, que não combate tanto. Outro dia alguém dizia: quem sonega no Brasil são os pequenos e médios, porque os grandes não sonegam, eles fazem planejamento fiscal, ou seja, há tantos recursos na lei para não pagar, que não pagam. Quando foram olhar o Imposto de Renda Pessoa Jurídica no Brasil, ele é declinante. As empresas estão crescendo, a economia está em expansão e pagam menos imposto. Pagam menos legalmente. Então tem que mudar a lei. Nós temos tentado sempre mudar a lei. Agora nós vamos insistir, eu tentei tantas vezes como ministro da Fazenda, a questão do sigilo, mil problemas. Não é sigilo para vasculhar a vida dos outros — que, aliás, hoje quem faz isso são os que têm acesso direto aos bancos, não é? Não há sigilo para quem tem esse acesso direto aos bancos, mas o governo não tem e quanto tenta ter não consegue, quer dizer, e isso são impedimentos legais. Então, se fosse fácil assim, olha, eu com maior prazer faria, mas estou aberto a todas as sugestões dos dirigentes sindicais para combater a sonegação. Absolutamente aberto e gostaria e pronto para implementar.

Agência EFE - Presidente, a integração econômica muda o cenário das relações no Continente. O presidente mantém laços especiais com vários países da região. Qual a importância que Vossa Excelência dá aos primeiros encontros que manterá com chefes de governo dos países latino-americanos e qual a política do Brasil para o Continente?

FHC - Olha, eu dou uma enorme importância. Eu irei amanhã à Foz do Iguaçu e depois irei a Iguazu, na Argentina, encontrar-me com o presidente Menem. É o primeiro encontro do conjunto do gabinete, enfim, do Ministério brasileiro com o gabinete argentino, já numa etapa de cooperação muito mais ampla entre os dois governos em função do Mercosul. No dia 28 de fevereiro, eu irei a Montevideu jantar com o presidente Lacalle, que sai, e assistir, no dia seguinte, à posse do presidente Sanguinetti, que é um antigo companheiro meu da América Latina, da Cepal e tudo isso e vamos, não vamos discutir nada porque é a posse, mas vamos expressar a continuidade do nosso tratamento absolutamente fraterno para com o Uruguai e, em seguida, eu vou ao Chile, a convite do presidente Frei, em visita de Estado, em visita oficial. E isso demonstra também que a nossa preocupação é muito grande.

Para quê? Nós achamos, o governo do Brasil acha que o fortalecimento das relações de todo tipo, primeiro com o Mercosul, mas com a América do Sul é muito importante e o Chile é muito importante nesse fortalecimento, nessas integrações da América do Sul. O Chile é um país que tem um comércio muito grande com o Brasil, muito ativo do Brasil com o Chile, que temos muitas afinidades e nós queremos aumentar essas afinidades e esses interesses recíprocos e agora o investimento do capital chileno no Brasil é bem-vindo.

Eles têm experiência na área de telefonia, na área energética e nós vamos aumentar a participação do capital estrangeiro nas privatizações, nas concessões, precisamos de capitais a países americanos, notadamente, do Chile. Os senhores sabem do empenho que eu tenho nessa questão Equador-Peru. Ainda há pouco falei com o presidente do Equador, antes de vir para cá, porque são países irmãos nossos, que nós precisamos de toda maneira assegurar que haja paz entre eles. Com a Venezuela o Brasil tem tido relações excepcionais. O presidente Itamar inaugurou uma relação muito positiva com a Venezuela e eu continuarei esse mesmo empenho, com a Colômbia, com o Paraguai nem se fala, não é? Com a Bolívia, enfim, eu acho que esse é o nosso espaço imediato de atuação. A nossa circunstância é a América do Sul. Não é nem tanto a América Latina e Caribe. Nós pertencemos a um hemisfério: Estados Unidos, América Latina,

Caribe, Canadá, mas a América do Sul é circunvizinhança nossa.

Então, aí por mil razões de ordem política, de ordem cultural, de ordem econômica, nós acreditamos que isso é importante. O fato de que nós possamos hoje dialogar com a comunidade econômica europeia, via Mercosul, é muito significativa, é muito importante e nós estamos nesse diálogo muito ativo. É claro que isso não significa que não tenhamos uma atenção grande para com outros países, eu vou aos Estados Unidos em visita de Estado também em abril e a relação do Brasil com os Estados Unidos nunca esteve tão boa. É muito positivo. Agora, essa positividade tem que ser transformada numa agenda que permita passos bons para os dois países, para o nosso país, não é? Para criar um clima favorável não só a investimento, mas a tecnologia, transferência de tecnologia, ao saber, que o futuro depende muito disso.

Irei à Europa também para a comemoração da vitória na Segunda Guerra Mundial, porque o Brasil foi o único país que mandou tropas da América do Sul, então estaremos lá. Irei a Portugal, irei à França. Mas a América do Sul é a nossa vizinhança. Então eu acho que a nossa diplomacia, que é excepcional, vai continuar se dedicando com muito afinco a ampliar essas relações.

Rádio Jovem Pan - Presidente, o senhor parte agora para várias emendas à Constituição, que é uma verdadeira reforma. E não há como reformar a Constituição sem discutir ideologias. O senhor repete o rótulo de neoliberal e mesmo assim quer o apoio do PFL. Eu gostaria de saber como fica isso e também o que são nhenhênis e nhenhênis.

FHC — É o seguinte: toma a questão do rótulo neoliberal e do PFL. O PFL tem um compromisso com o social-liberalismo, é como eles se definem. Quando se fala em neoliberal aqui no Brasil é para dizer que você quer o Estado fora de tudo, entregar tudo ao mercado e que as forças do mercado sozinhas resolvem tudo. Isso não tem tradução prática. Nhenhênis é quando é ideologia pura. O que que é uma ideologia pura? É alguma coisa que vive só nas nuvens, nas palavras, e não tem realidade, não tem tradução prática. Eu sempre fui muito realista. Eu acho que quando as coisas não tem tradução prática, são nhenhênis e deixe que fale, ponha o rótulo que quiser.

Eu vi um debate para saber se eu tinha aderido ao Consenso de Washington. Eu confesso que eu nunca tinha lido nada sobre o Consenso de Washington. Foi ler depois. Quer algumas medidas, essas do Fundo Monetário (Inaudível), que nós não fizemos. O Brasil foi o único país que fez o maior acordo que houve na renegociação da dívida sem stand by do fundo monetário. O nosso caminho foi outro. Porque é neoliberal vai ter a mesma crise que o México. O México não tem essa crise porque ele é neoliberal não. É por outras razões. Porque ele não é, também, neoliberal. A presença do Estado, no México é enorme e avassaladora, maior que a nossa, não privatizou quase nada daquilo que (inaudível) petróleo, essas coisas, nada. E não obstante teve crise. Teve porque não privatizou? Não, teve por outras razões.

Eu não gosto... Como eu fui professor, eu não gosto de discussões que não são precisas, quando são vagas, porque elas atrapalham. Quando você põe um rótulo, você, ao invés de esclarecer, você confunde. Você tem que examinar o comportamento, o que que faz, não é nem o que diz que vai fazer. Então é isso que eu chamei de nhenhênis, essa coisa que usa rótulos, rótulos, rótulos, você fica nefelibático. Isso eu não gosto.

Rede Globo - O senhor disse há pouco que nas batalhas quem não recua perde. Até que ponto o senhor está disposto a recuar, uma vez que prometeu a não aberta com as cinco prioridades, na campanha, e isso parece ser intocável, e enquanto as mudanças na Constituição não são feitas, o governo continua refém do Congresso Nacional. E as reformas, as promessas que o senhor fez na campanha, dependem de recursos, que só vêm depois das mudanças. Como é que fica, nesse intervalo em que se discute as emendas constitucionais, o atendimento, o socorro, por exemplo, à população carente?

FHC - Vamos lá. Em primeiro lugar, é bom ser refém do Congresso. O Congresso é um lugar agradável, onde se discute os problemas do Brasil. O ruim é ser refém num presidio, mas o Congresso não é mau, não. As vezes uma expressão que se usa, que eu mesmo às vezes uso, mas só para dizer o seguinte: há muitas outras coisas que a gente pode fazer sem o Congresso. Mas é bom que se faça muitas coisas com o Congresso. Então, eu sou um "refém voluntário" do Congresso, que não é, nesse sentido figurado, e quem não está em diálogo com o Congresso é porque tem uma tendência, uma veia autoritária, que não é o meu caso.

Agora, há muitas coisas a serem feitas que não dependem disso. Por exemplo, você mencionou a questão das populações carentes. O programa de Comunidade Solidária não depende do Congresso, é a maximização no uso dos recursos já existentes no orçamento, é muito mais uma questão de usar melhor os recursos. A arrecadação no Brasil é uma arrecadação que se elevou bastante, graças ao combate à sonegação e algumas medidas também, tributárias, desde o Governo Itamar Franco. Ela aumentou, creio que em termos reais, de 92 para 64, 70%. Não é pouco não. Isso foi trabalho do governo, houve também ajuda do Congresso, no IPMF, que agora já não tem.

Então, há medidas, como o Congresso acabou de votar, uma medida importante, que foi a 812, 813, a Medida Provisória, que também dá recursos, que não é constitucional mas dá recursos. Eu vou

mandar para lá agora algumas medidas que o ministro Stephanes está preparando, que não são de ordem constitucional e que dão recursos, não precisa esperar a Constituição.

As reformas são essenciais, para o Brasil, para o povo, elas são boas, o país deve querê-las, nós vamos dar melhores condições de emprego, mais investimento, mais garantias, tudo bem. Mas nós não vamos ficar esperando de braços cruzados a reforma, enquanto elas estão sendo feitas nós estamos fazendo as outras questões. A Lei de Concessões foi aprovada, isto af abre um caminho imenso à parceria, imenso, às parcerias, nas estradas, na energia elétrica, nos portos, e não precisa do Congresso, é ação do governo.

Então é isso que eu estou dizendo, quer dizer, o governo, ao mesmo tempo que vai estar com seus líderes, discutindo no Congresso o apoio, e pedindo votos para as reformas, para as emendas, ele vai estar trabalhando, o ministro Jatene tem que trabalhar independentemente de que haja alguma reforma constitucional, o Ministro Paulo Renato também, da Agricultura também. Para poder financiar a agricultura, para ir progressivamente criando condições para acabar com a TR, que foi compromisso meu, não precisa do Congresso, é política cambial, monetária.

Tudo é difícil, mas se não fosse difícil, que graça teria ser presidente da República? Seria uma coisa sem surpresa. Eu confesso a vocês que cada dia eu tenho uma surpresa, é uma dificuldade nova, mas de vez em quando a gente tem o gostinho de superá-la. E eu espero que, com muita fé, muita crença, muita energia, com a ajuda do povo brasileiro, que continua dando uma ajuda generosa, e mantendo a confiança, apesar de eventualmente, aqui e ali, tentarem dizer que não, com essa ajuda, com esse clima positivo que nós estamos vivendo no Brasil, essas surpresas, nós vamos enfrentá-las com muita tranquilidade. É o último?

Cerimonial - Não, temos ainda três.

FHC - Eu já fiz a conclusão.

Agência Night Ridder - Bom dia, Presidente. Presidente, o Brasil está colhendo uma das maiores safiras de sua história, cerca de 70 milhões de toneladas de grãos.

FHC - Setenta e seis.

Agência Night Ridder - No entanto, a valorização da moeda nacional frente ao dólar pode desestimular as exportações. Por outro lado, os produtores nacionais reclamam muito do alto custo dos financiamentos rurais atrelados à TR. Unindo essas duas situações, a TR pode voltar a ser o grande comprador da safra agrícola, dessa próxima safra agrícola. A minha pergunta é se o senhor pretende tomar alguma medida para modificar essa situação, o que que pode fazer para baratear o crédito rural e estimular as exportações, e também se há possibilidade de se captar recursos lá fora, uma vez que as taxas de juros são mais baratas que aqui dentro.

FHC - Pois não. Em primeiro lugar, hoje o que faz o contrato agrícola já não é mais a TR, é TJLP — Taxa de Juros de Longo Prazo — do BNDES, que é uma média, e que toma em consideração a taxa de juros dos papéis do Brasil no exterior, e as taxas de juros daqui e as expectativas de inflação e tudo isso, TJLP. Essa já alivia muito os produtores rurais, eles já não estão mais sob o quante da TR, tem alguns contratos com TR ainda, antigos, que estão sendo discutidos e negociados.

Para traduzir em linguagem mais simples, o problema é o seguinte: é que quando a taxa de juros é elevada, são contratos que foram firmados, são contratos de pleno direito. Qual é a exigência deles? É que alguém pague, esse alguém é o Tesouro, o Tesouro é o povo, quer dizer, então uma decisão que não é fácil, porque foi um contrato, foi um contrato feito em condições normais, aceite, e que negativamente ficou muito difícil, para certos setores agrícolas poderiam suportar esses contratos; Então eles agora querem que se resolva isso. Resolveu, o Tesouro pagando, é fácil. Só que quem está pagando é o povo. Então eu não posso tomar uma autorização assim. Nós estamos renegociando essa parte, não é de TJLP, porque essa é aceita, essa parte está sendo, se dilato o prazo, está tentando diminuir o ônus sobre o agricultor, porque o agricultor não pode mesmo suportar um ônus tão elevado. Isso é um dado.

O outro é o chamado "Finame Rural", onde também se tem aí uma questão de contratos, que são contratos perfeitos, e para mudar precisa de Lei, porque eles assinaram contrato, compraram, pagaram, alguns não pagaram, é possível renegociar, estamos discutindo já isso, ampliar os prazos de pagamento. Agora, se for fazer uma Lei, ela mexe com todos os contratos de todo mundo. Então, todo mundo, mesmo os que podiam pagar e pagaram já, vão acabar sendo beneficiados. Então é uma negociação que está sendo feita.

Agora a utilização de crédito, nós fizemos a cédula rural, foi iniciativa minha, quando eu estava no Ministério da Fazenda. Com a cédula rural, já eles têm a possibilidade muito maior de uma negociação direta, sem passar pelo governo.

Em suma, o governo está discutindo com agricultores e entre si como fazer isso. Está agora vendo que é necessário, o quanto antes, espero que na próxima semana o Conselho Monetário defina as normas de financiamento, porque o agricultor não pode ficar na dívida. É preciso ver de onde é que vem os recursos para o financiamento da safra, porque senão acontece o que a jornalista disse, o Governo acaba tendo que comprar, e é pior para o governo, isso está sendo feito. Agora, de novo, é uma herança pesada, essa da TR, que nós vamos ter que progressivamente eliminar.

As exportações não estão caindo não, estão aumentando. De novo, uma coisa é a que se diz e outra o que acontece. O governo... "Ah, o risco

sempre existe". Quando o governo perceber nos números o risco, ele tem os mecanismos para atuar. Mas o risco verbal, se o Governo atua pelo risco verbal, ele acaba beneficiando grupos, e isso não dá para fazer.

Zero Hora - Bom dia, presidente. Da briga no PMDB pela liderança na Câmara ficou a impressão de que a saída da criação da liderança do Congresso foi apenas para proporcionar uma acomodação de forças, uma vez que as reformas que são a novidade na rotina do Congresso serão votadas separadamente pelas duas Casas. Por que o Senhor julgou conveniente criar agora esse cargo e qual vai ser o papel do Líder do Congresso?

FHC - Não, não foi uma questão de acomodação de forças, porque eu podia designar um só. O líder do governo é eu que designo. Se o PMDB quer isso ou aquilo, é outro problema. Eu posso designar em qualquer partido, não precisa nem ser do PMDB. É outra coisa, (inaudível) prática de emendas.

Vamos supor que o governo apresente, daqui até o começo de março, 30 emendas. São 30 comissões na Câmara e 30 no Senado. Um líder só não dá conta, porque a negociação tem que ser feita através do líder. Não é isso? Então nós vamos usar três líderes, da Câmara 2, e um do Senado.

Mas ainda, é uma preocupação nossa, pelo regimento do Congresso a Câmara aprova uma emenda, ela vai para o Senado. Se por acaso o Senado modificar essa emenda, ela volta para a Câmara na estaca zero, a Câmara reconece, assim diz o regimento.

Então é muito importante que as lideranças estejam atentas a que o Senado participe das negociações desde o início, na Câmara, para que não haja risco de muitas modificações no Senado, porque nós não queremos que o Senado seja marginal ao processo, então não adianta chegar lá no Senado e dizer: "Não pode mudar, não pode mudar porque a Câmara volta para o zero". Para que isso não aconteça eu preciso que o Senado participe desde o início.

Então eu preciso de mais líderes. A razão é essa. Não foi por uma acomodação. E o líder do Congresso terá um peso muito grande, tão grande quanto os outros líderes. E terá o mesmo tratamento, o mesmo status no Congresso, e comigo vamos trabalhar em conjunto com os líderes. Esses três líderes serão peças fundamentais naquilo que tanto pediram sempre: os canais de comunicação com o Congresso. Eles estão reclamando que tem canal demais? Antes não tinha.

Agência (inaudível) - Bom dia, senhor presidente. Antes de mais nada me desculpe por falar em espanhol. O senhor (inaudível) um grupo de sindicalistas (inaudível) anos atrás no Brasil pelo dirigente comunista Hugo Napolitano. É nesse sentido que economicamente, ou nos internacionalizamos (inaudível) ou nos internacionalizamos. O senhor assegurou então que o Brasil projetava seu modelo próprio de incorporação à economia mundial.

Pois bem. Observando que os (inaudível) da maioria dos países do continente são os mesmos: reformar o Estado, privatização de empresas públicas, atração de capitais, abertura das importações, liberalização do mercado, quais são as características que diferenciaram o Brasil do processo da Argentina, México e Chile, por exemplo? Quais são as medidas próprias e originais que escapam a esse modelo?

FHC - Como não, em primeiro lugar não era um dirigente brasileiro. Esse era o secretário de relações internacionais do partido comunista italiano. E ele disse realmente essa frase porque naquela época parecia ser impossível aceitar a internacionalização.

Eu, num discurso que fiz no Senado, falei de, não me lembro mais, integração soberana, uma coisa assim, e recebi críticas de todo lado, que estava saindo do trilha certo. É simplesmente porque eu estava vendo, enfim, eu tenho informações, eu sempre andei pelo mundo, que a internacionalização já se estava dando. Então você tem que ver como é que você coloca o interesse nacional nesse contexto de uma economia globalizada, porque, ao se globalizar, não acaba com o interesse nacional. Ou os americanos não têm os interesses próprios, ou os ingleses, ou os franceses? Tem. Nós também temos.

Essa é a idéia. A economia se internacionaliza, mas cada um tem que pensar em termos dos seus interesses.

Os quatro casos mencionados: Argentina, Chile, México e Brasil. Nenhum deles é idêntico. Eu me recordo quantas vezes eu tive que dizer a vocês que nós não estávamos dolarizando, que nós não fazemos fazer a relação direta do real com o dólar. E todo mundo: "É dolarização, no fundo é dolarização disfarçada. O ministro ou o presidente estão... é dolarização". Não era dolarização. Está visto que não é.

E a Argentina dolarizou num dado momento. Afé o Cavallo me disse, o ministro Cavallo me disse: nós não dolarizamos; ao contrário, nós fortalecemos o peso, porque já estava tudo dolarizado. É verdade.

Mas a Argentina fez uma relação direta entre o peso e o dólar, legal. Nós aqui não temos. Nós mantivemos a nossa flexibilidade na política cambial.

O Chile fez algo semelhante. O Chile fez uma coisa muito progressiva e em certos momentos ele pôs barreiras à entrada de capitais, como nós também pusemos. Nossas reservas não se basearam no fluxo do capital volátil não, não foi isso. A parte do capital volátil que vem para a bolsa e vai embora é pequeninha no Brasil, em comparação com o que aconteceu, por exemplo, com o México.

Por que isso? Por competência maior ou menor de uns economistas ou de outros? Não. Por situações

diferentes. O Brasil é um país industrializado, fortemente industrializado. Se o Brasil é um país fortemente industrializado, ele tem que garantir certo tipo de condição de concorrência à sua produção, tem que olhar o câmbio também sob essa perspectiva. Não é a mesma que os países que são menos industrializados do que o Brasil. O Brasil é um país que comercializa praticamente em termos de igualdade de proporção, com a África, com a América Latina, com os Estados Unidos, com a Ásia, com o Oriente Médio.

Então quando se diz: "Ah, mas o real está apreciado em, digamos, 15%". Mas acontece que apreciado em relação ao dólar, mas em relação, por exemplo, ao iene, ou com relação ao marco, porque eles também se valorizam frente ao dólar. Então quem comercializa para lá, em marco ou em iene, não tem a mesma perda relativa que pode ter quem comercializa com os Estados Unidos.

Um país que tem todo o seu comércio orientado para os Estados Unidos tem que ter outro tipo de preocupação nisso.

Então é nesse sentido que eu digo que nós temos diferenças. Nós nunca favorecemos os megadeficit. Ao contrário, nós sempre tivemos superávit na balança comercial. O do ano passado foi de mais de R\$ 10 bilhões.

O México sempre teve déficit na balança comercial, e sempre fechou as suas contas através de capital de curto prazo, de ingresso de capitais. Então é claro que tem uma vulnerabilidade maior nesse ponto. Terá outras vantagens pela integração mais rápida com os Estados.

Então é nesse sentido que eu digo que nós temos, cada país, não é por razão mental, queremos um modelo diferente. Cada um tem seus problemas. Pega o Chile. O Chile é um país que pode se integrar com maior facilidade do que nós inclusive, porque o Chile exporta o quê? Cobre, que é uma commodities; flores, produtos naturais, antes era farinha de peixe, agora um pouco de salmão.

Então ele tem a vantagem da sazonalidade. Quando na Califórnia é inverno, lá é verão, e vice-versa, então ele pode exportar nas épocas alternativas. É um país que facilmente se integra hemisféricamente.

Você vai dizer para o Chile: "É melhor você ficar preso ao Mercosul". Ele não pode, ele tem que ter lá a sua ligação. Nós aqui, Brasil, Argentina, para nós é vantajoso ficarmos ligados entre nós. Veja o que aconteceu com o nosso comércio bilateral: cresceu enormemente. Eu acho que o Chile está chegando num momento em que ele precisa também vir para mais próximo do Mercosul. Mas nós entendemos o movimento chileno.

Quando o México resolveu aderir ao tratado do Nafta, o governo do Brasil imediatamente aplaudiu, porque a situação do México requeria aquilo. E isso quer dizer que o Brasil vai correndo na mesma direção? Não, porque o Brasil tem outras complexidades nessa negociação. E o Brasil sempre preferiu negociar quatro mais um, quer dizer, o Mercosul mais os Estados Unidos para saber como é que nós vamos chegar no ano 2005, (inaudível) a data que fizemos lá em Miami, numa questão hemisférica.

Ou seja, há peculiaridades do nosso próprio sistema produtivo. Nós somos um país como os Estados Unidos, que somos grande produtor agrícola e um bom produtor industrial. Nós temos essa (inaudível) e agora precisamos começar a ser de serviços, na parte de software dessas coisas. Então a complexidade da economia brasileira é grande, maior do que de alguns outros países. Isso não quer dizer que seja melhor nem pior. Às vezes, se é menos complexo, facilita certas vantagens. Mas nós temos essa complexidade. Então nós não podemos aqui macaquear modelos. Então é isso que eu chamo de nhenhênis também. Mas está mexicanizando, está... é neoliberal, é... Meu Deus do céu. Vamos olhar a realidade, não vamos olhar palavras.

A nossa complexidade é essa, e um governo responsável, especialmente voltando ao tema que eu disse no início, numa sociedade democrática em que você apertou o botão errado e o outro gira, esse país tem que ter seus caminhos. Não é por peculiaridade, por querer inventar a pólvora ou a roda, não é porque imagine que o mundo vá para um lado e o Brasil para o outro, não. Nós vamos em consonância com o vento do mundo, mas vamos colocar a nossa aeronave em posição que esse vento venha de cauda e não de frente.

Folha - Boa tarde, presidente. No seu primeiro pronunciamento à nação, o senhor anunciou o veto ao salário mínimo, e ao mesmo tempo o senhor anunciou também que reduziria 25% no seu salário. Muita gente chamou isso de demagogia, uma palavra que o senhor disse que não gosta. Eu pergunto: o que o cidadão Fernando Henrique Cardoso faria se recebesse mensalmente um salário mínimo de R\$ 70,00?

FHC - A mesma coisa que você. Essa pergunta é demagógica. O que você faria?

Folha - Pergunto ao senhor. FHC - Não sobreviveria. Eu digo a você, a mesma coisa que você. Eis a pergunta que não tem sentido, porque a resposta é óbvia. E isso não resolve a questão.

Nós estamos lutando para melhorar o salário mínimo. Ele é insustentável, ele é inaceitável, ele é uma vergonha. Não foi feito por mim nem por você. Foi feito pelo conjunto de situações de distorção que criaram uma sociedade injusta, contra a qual eu combato.

Agora, perguntado assim, é a minha única resposta. É a mesma coisa que você, não tem o que fazer. O sujeito fica no desespero. E nós não podemos deixar milhões no desespero. Por isso temos que fazer reforma, por isso temos que ser sérios e não engraçadinhos.